

---

## O EU NACIONAL: A CONSTITUIÇÃO DO SER BRASILEIRO NA VISÃO DE ALBERTO TORRES E MONTEIRO LOBATO

### THE NATIONAL BEING: THE CONSTITUTION OF THE BRAZILIAN BEING IN THE VISION OF ALBERTO TORRES AND MONTEIRO LOBATO

---

Simone Maciel Margis  
Graduanda em História - UFSM  
syssamargis@yahoo.com.br

**RESUMO:** O presente trabalho vincula-se ao projeto “História das Ideias, Historicidade e Identidades Culturais” do departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria, coordenado pelo Prof. Dr. Carlos H. Armani, e, sob orientação da mestrandia do Programa de Pós-graduação em História – UFSM Joice Anne A. Carvalho. Busca-se traçar uma linha teórica referente à constituição da Nação e o papel do indivíduo mergulhado na coletividade, ou seja, quem compõe e quem não compõe a estrutura social do Brasil na construção do eu nacional. Ao longo do século XIX e início do século XX, pensadores de várias áreas das ciências começaram a se questionar sobre as diferenças dos seres humanos e que, mais tarde, desembocariam num discurso hierárquico de raças. Essas menções à suposta inferioridade da raça brasileira fez com que Alberto Torres, assumisse uma posição contrária a esse discurso, expondo-a no livro “O Problema Nacional Brasileiro” (1914). Sua teoria sobre as raças afirmava que a única questão que podia vir a contribuir para certa diferenciação racial seriam os fatores mesológicos de uma Nação, mais precisamente, o clima. Nesta mesma linha de pensamento, o autor Monteiro Lobato também analisa a composição da população brasileira e a discussão acerca da hierarquização racial tão em voga no período. Em seu livro “Problema Vital” (1918), nega a afirmação de inferioridade da raça brasileira e aponta as medidas que o Estado deveria tomar para que a população conseguisse atingir o progresso. Lobato também acaba resgatando a figura do caboclo, numa clara tendência de traçar um perfil para o brasileiro

**PALAVRAS-CHAVE:** História das Ideias. Identidade Nacional. Higienismo.

**ABSTRACT:** This work is linked to the project "History of Ideas, Identities and Cultural Historicity" the Department of History at the University Federal of Santa Maria, coordinated by Prof. Dr. Carlos H. Armani and under co-supervision of graduate student of the graduate program in history - UFSM Joice Anne A. Carvalho. Seeks to draw a theoretical line for the constitution of the Nation and the role of the individual in the collective layered, who composes and who doesn't make up the social structure of Brazil in the construction of national self. Throughout the nineteenth century and early twentieth century, thinkers from various fields of science began wondering about the differences of humans and later, a hierarchical discourse of races. These references to the supposed inferiority of brazilian race made Alberto Torres, assume a contrary position in this discourse, exposing it in the book "O Problema Nacional Brasileiro" (1914). His theory about the races stated that the only issue that could potentially contribute to certain racial differentiation would be mesológicos factors of a Nation, more precisely, the weather. in this same line of thought, the author Monteiro Lobato also analyzes the composition of the population and the discussion about the racial hierarchy so fashionable in the period. in his book "Problema Vital" (1918), denies the claim of brazilian racial inferiority and identifies measures that the

state should take to ensure that the population could achieve progress. Lobato also ends up rescuing the figure of the hillbilly, a clear tendency to draw a profile for the Brazilian.

**KEYWORDS:** History of Ideas. National Identity. Hygienism

## Séculos XIX e XX e a raça como foco das discussões científicas

Quando vemos homens, como Bleek, refugiarem-se dezenas e dezenas de anos nos centros da África somente para estudar uma língua e coligir uns mitos, nós que temos o material em casa, que temos a África em nossas cozinhas, como a América em nossas selvas, e a Europa em nossos salões, nada havemos produzido nesse sentido. É uma desgraça! (ROMERO, 1888, p.11)

A seleção natural e a hereditariedade genética, que ficaram famosas após os apontamentos de Darwin e do cientista alemão August Weismann, culminaram em diversas outras correntes ligadas à problemática referente à passagem de caracteres de uma geração à outra. A partir desse conceito, alguns pensadores acabaram por ligar a teoria de transmissão de caracteres adquiridos a uma teoria racial propriamente dita, culminando, por fim, em um discurso favorável à hierarquização de raças. Um desses pensadores foi Arthur de Gobineau.

Gobineau foi um diplomata francês que, com base em suas observações a respeito da miscigenação entre raças no Brasil e, embora não concordasse com a teoria da Evolução de Darwin, acabou concluindo, em 1874, que este fenômeno nada mais poderia proporcionar à sociedade do que sua deterioração. Segundo o diplomata, a única solução que retardaria o dano que a mestiçagem proporcionava à nação era o incentivo à imigração de povos europeus, considerados por Gobineau como exemplares de uma raça superior. Assim, com os sucessivos cruzamentos entre os imigrantes vindos do velho continente com os mestiços brasileiros, talvez os genes “danosos” da população pudessem desaparecer com o tempo. Suas menções à suposta inferioridade da raça brasileira fez com que Alberto Torres, ao analisar o mesmo contexto de Gobineau com relação à mestiçagem existente no Brasil, acabasse por tomar uma posição contrária a esse discurso.

## Percepções de Alberto Torres e Monteiro Lobato acerca das Condições Sociais do Brasil

Alberto de Seixas Martins Torres nasceu no Rio de Janeiro em 1865. Formou-se em Direito e trabalhou no Supremo Tribunal Federal como Ministro nos anos de 1900 a 1909. Preocupado com os assuntos referentes à nação brasileira, dedicou-se a escrever logo após sua aposentadoria, diversos artigos e obras publicados. “O Problema Nacional Brasileiro”, publicado pela primeira vez em 1914, traz ideias do autor relacionadas à organização nacional e seu repúdio às teorias estrangeiras:

A obra possante de Gobineau, o genial advogado das pretensões da sua nobre estirpe; dos Vacher de Lapouge e dos Ammon, figuras menos ilustres do mesmo cientificismo tendencioso, aristocrata bretão, aquele, e procurador oficioso do imperialismo britânico, este último; as visões delirantes, sobre o passado helênico, de Nietzsche, gênio metafísico desvairado pela grandeza teatral de uma ideia agitada e forte, que a poesia tornou heroica, contemplada, através da sua imaginação épica e com uma cultura toda filológica, sem nenhum senso da realidade histórica – eram muito para a dialética e dispunham de imensa autoridade, porém não davam à teoria a pedra fundamental de um monumento persistente. (TORRES, 1914, p.60)

Segundo Alberto Torres, as teorias de pensadores como Gobineau demonstram claramente qual o papel que esse enfoque sobre a hierarquização das raças deseja representar. A ciência, segundo Torres, acaba por adotar esse tipo de discurso favorável à exaltação das diferenças entre os homens a partir do momento em que outros fatores emergem.

Mas quem são os interessados neste discurso?

Para legitimar a reação dos impulsos da força, da autoridade, das supremacias privilegiadas, impunha-se derruir o princípio tutelar das aspirações contrárias; e, pois que a época era de renascimento científico trazia uma arma nova, de tremendos efeitos, a reação vestiu roupagens científicas, apoiando seus preceitos com todos os aparatos da observação e da experiência. A feição nova da *volonté de puissance* tinha forjado o seu arsenal de combate. [...] Chefes superiores e raças colonizadoras pediram títulos à ciência, para os direitos da hierarquia e da subordinação. (TORRES, 1914, pp. 58 e 59).

Para o autor brasileiro, a ciência do século XIX atende aos interesses dos grandes impérios interessados na exploração das demais nações. Dessa forma, o título de “raça superior” penderá sempre para as raças brancas da Europa. Embora não concordasse com a tese de superioridade racional, a teoria de Alberto Torres sobre as raças afirmava que a única questão que poderia vir a contribuir para certa diferenciação social – nunca em uma questão de hierarquização – seriam os fatores mesológicos de uma nação, mais precisamente, o clima. Quebrando mais uma vez com a teoria de superioridade racial dos povos do norte da Europa, o autor afirma que, pegando como exemplo o Brasil, os negros vindos da África, por já estarem adaptados a um clima semelhante ao do Brasil, estariam mais aptos a sobreviverem também às condições e intemperes climáticas brasileiras – diferente dos europeus, acostumados a um clima mais frio, onde encontrariam dificuldades em se adaptar no país.

Seguindo essa linha de pensamento, Torres afirma que o fator mesológico de uma nação é o principal causador do retrocesso brasileiro diante de outros países. Questões alimentares e de moradia, já que o higienismo era encarado pelo autor como “luxos profissionais”, incapazes de solucionar os problemas.

A ‘saúde’, em absoluto, é um preconceito, filho do erro inicial da lógica, imposto pela natureza da evolução da Medicina. A evolução natural do saber do ser humano prescreve à ciência do organismo e da vida do homem uma transformação radical: ele tem de se transformar, da ciência das moléstias e dos remédios, em ciência da vida e da saúde, em seu sentido relativo; tem de se aplicar ao estudo dos fenômenos de adaptação do indivíduo ao meio físico e ao meio social, de estudar o indivíduo, como organismo – num horizonte muito mais vasto que o da Anatomia, da Biologia e da Fisiologia, pelo método que se emprega, senão exclusivamente estático, puramente mecânico, em laboratórios e gabinetes. (TORRES, 1914, p. 82)

Para Alberto Torres, a intervenção do Estado diante dos problemas do Brasil torna-se indispensável – porém, nunca numa questão de higienismo-, uma vez que a causa do retrocesso brasileiro não se vincula mais à questão racial, mas sim, na falta de infraestrutura do país, fazendo com que a população defina diante de todos os problemas – alimentação precária, falta de saneamento básico.

Mas se a raça já não significa mais a grande discussão na visão de Alberto Torres, então o que faz do homem nascido no Brasil ser considerado “brasileiro”? Ao voltar os olhos

à discussão de Gobineau sobre seus estudos com relação ao Brasil, vemos claramente a definição de “brasileiro” referente ao conceito de “miscigenação”, num claro objetivo de dar um sentido negativo ao termo. A diferenciação do brasileiro frente a outros povos – como os europeus – estava justamente ligada a esse sentido e, de forma definitiva, essa condição seria perpetuada pelo simples fato de que a única solução para esse “problema” da mestiçagem seria possíveis cruzamentos com indivíduos pertencentes à raça superior – os caucasianos. Alberto Torres termina com esse sentido definitivo à situação brasileira e afirma que, de certa forma, o povo brasileiro não deveria sentir-se inferior por sua condição de mestiço, pelo contrário; quebrar com essa visão do estrangeiro frente ao indivíduo seria o primeiro passo a ser tomado. “Para estes, a grande obra a realizar é a organização nacional; e para esta obra, uma das nossas melhores razões de confiança está nas nossas próprias raças” (TORRES, 1888, p. 66).

Fala-se hoje em pátria mais do que nunca. Jamais o dispêndio de hinos, versos, conferências, artigos, livros, boletins e discursos patrióticos foi maior. No fundo de tudo isso, porém, está a retórica vã, a mentira, a ignorância das verdadeiras necessidades do país. Programa patriótico só há um: sanear o Brasil. (LOBATO, 1918, p. 244)

O discurso de defesa ao ser nacional brasileiro, de sua inteligência e total capacidade de adaptar-se melhor ao meio em que se encontrava fez com que Monteiro Lobato, conhecido autor de obras infantis, destinasse seus argumentos a esse assunto. Em seu livro “Problema Vital”, 1918, Lobato apresenta sua ideia de repúdio ao discurso entusiasta de Torres e outros autores que defendem alegorias do indivíduo brasileiro e sua suposta superioridade intelectual. O autor concorda com a ideia de inexistência da hierarquia racial dos povos, porém, não desconsidera que o grande problema que a nação passa em sua época esteja na população. “No indivíduo enfermo o primeiro passo rumo à cura é de ordem puramente psicológica: há de o doente convencer-se de que o é. Na tísica, doente convencido de seu mal é doente meio curado.” (LOBATO, 1918, p. 267).

O discurso do autor gira em torno da súplica ao Estado de aplicar uma política higienista na população, ao ponto de erradicar as doenças que atrapalham o progresso do país. Este argumento de Lobato acaba por suprir as demais respostas que faltavam aos problemas

do Brasil: em uma população saudável, o trabalho e a situação econômica do país melhorariam significativamente, resolvendo o problema da economia do país. As políticas higienistas pensadas por Lobato expõem sua ideia de intervenção do Estado na vida do indivíduo. Para o autor, o indivíduo saudável – utilizando-se das políticas de saneamento fornecidas pelo governo – retornaria ao Estado os frutos do investimento em saúde, saneamento, alimentação, etc. Percebe-se então o papel do indivíduo dentro da nação: a intenção de vincular o “ser” ao seu “papel”.

“Nossos governantes inda não compreenderam o alcance econômico do saneamento. Alegam aperturas financeiras e restringem as verbas destinadas á higiene. No dia, porém, em que pela demonstração insofismável dos fatos, arreigar-se a convicção de que o dinheiro despendido no restabelecimento da saúde do povo e na extinção dos focos infecciosos é dinheiro adiantado, que volta ás arcas acrescido de alto premio, porque esse dinheiro foi restabelecer a eficiência econômica de milhares de criaturas transformadas pela doença em quantidades negativas, nenhum serviço receberá mais generosa dotação e nenhum sobre ele será primazia. (LOBATO, 1918, p. 300)

## O Indivíduo seu Papel Dentro da Nação

Tornou-se comum pensar que o desenvolvimento de significados distintos a conceitos é um fenômeno resultante do que costumamos chamar de pós-modernidade. De fato, nenhum conceito está imune a receber novos significados, tendo em vista as constantes mudanças que a sociedade sofre. Assim como Stuart Hall afirmou sobre a historicidade do conceito de indivíduo, torna-se mais fácil identificar essa troca de valores a respeito dos significantes – em constante mutação.

Se analisarmos este processo de mudança um pouco mais a fundo, a própria noção de indivíduo, quando passa por uma inversão de valores, acaba por influenciar outras questões que, a primeira vista, pareciam óbvias e imutáveis, como é o caso das nacionalidades e o que está envolto desse conceito.

No Brasil, esta questão da nação esteve sempre presente nos discursos dos intelectuais interessados em traçar um perfil para o brasileiro. Porém, em que sentido a noção de

indivíduo influenciou na delimitação do que, mais tarde, Benedict Anderson chamou de “comunidades imaginadas”, no caso brasileiro?

Em um contexto de formação política nacional, vários eram os receios referentes ao quadro brasileiro que estava a surgir – face a recente independência da metrópole Portugal e, principalmente, o fim da escravidão (tendo em vista o processo de transição do trabalho escravo ao assalariado, ligado inclusive ao contexto da vinda de imigrantes europeus ao país). Mais ainda, a mudança de uma política monárquica a uma republicana fez com que vários dos discursos referentes a esse momento de transição transmitissem os temores da época frente, ao que tudo indicava, um futuro incerto.

Com a chegada do século XX, a questão do “indivíduo” teve continuidade no cenário brasileiro, dessa vez, a respeito da composição do indivíduo nacional e seu papel frente à nação. Assim como Hall havia citado a respeito da questão racial como não mais um argumento legitimador da nação, à luz das ideias eugênicas de Francis Galton, a raça era uma questão a ser debatida exaustivamente no contexto do final do século XIX e início do século XX.

Nos últimos anos, as noções biológicas sobre raça, entendida como constituída de espécies distintas (noções que subjazem a formas extremas da ideologia e do discurso nacionalista em períodos anteriores: o eugenismo vitoriano, as teorias europeias sobre raça, o fascismo) têm sido substituídas por definições culturais, as quais possibilitam que a raça desempenhe um papel importante nos discursos sobre nação e identidade nacional. (HALL, 1992, p. 63)

Tendo em vista que, diferente de um discurso onde se deixava claro a identidade nacional representada por uma raça única (como era o caso de muitos países europeus), no Brasil o discurso tomou um rumo contrário a essa lógica de pureza racial. O Brasil passou a ser identificado como miscigenado, um povo miscigenado, um indivíduo que guarda dentro de si um pouco de cada raça.

Segundo Alberto Torres em seu livro “O Problema Nacional Brasileiro”, essa miscigenação deveria ser encarada como um traço típico do indivíduo brasileiro. Constrói-se a partir desta ideia uma noção de identidade, ou seja, como Hall exemplificou no caso inglês que, por meio da representação, o indivíduo nascido na Inglaterra é considerado inglês pelas

características que lhe são atribuídas (*englishness*). (HALL, p. 52). Estas características deveriam ser fonte de identificação capaz de fazer com que o indivíduo nascido no Brasil se visse como “brasileiro”, ao mesmo tempo em que fosse possível identificá-lo sob o olhar estrangeiro. Desta forma, a identificação por meio da raça miscigenada, vista por Torres como algo a ser elevado como fonte principal de identificação, serviria para que o estrangeiro também o identificasse por essa característica.

## Considerações Finais

Nesta análise inicial sobre as perspectivas de cada autor sobre o conceito de raça que acabou se formando ao longo dos séculos XIX e XX, percebeu-se um repúdio às mesmas no que se refere a uma ideia de ação estrangeira dentro do país. Alberto Torres explicita este ideário no que se refere ao seu contra-argumento a uma possível hierarquia racial que submetia à condição de inferior a todos os que não se encaixavam no estereótipo caucasiano – principalmente o branco europeu. Segundo Torres, este argumento justificaria a ação de países imperialistas acima de nações consideradas inferiores, necessitadas de receber das mãos do homem branco as noções de civilização. Torres, frente a essa retórica, acaba por dissertar sobre o que ele entende por condições mesológicas e o que isso interfere na prosperidade de um povo. No caso brasileiro, uma sociedade formada principalmente por mestiços – indivíduos que carregam dentro de si características de raças distintas, fruto da mistura entre índios, negros e imigrantes –, apresentaria uma melhor resposta aos intemperes do espaço em que vivem. A negação de uma superioridade branca levou o autor brasileiro a considerar a mestiçagem existente no país como, além de característica principal da nação, como algo a se considerar um ponto positivo na luta pela prosperidade.

Embora a negação sistemática de Torres sobre esta hierarquia, o conceito de raça encontra-se profundamente ligado no que ele considera a constituição da nação. A raça está intimamente vinculada no planejamento do país, seja em questões econômicas, de saúde, de interação social, de intelectualidade e, principalmente, no meio em que a população está inserida. Sendo a raça uma das peças principais desta discussão, o papel do Estado frente a isso se torna indispensável. Alberto Torres admite que a população necessita de condições melhores de vida, fornecido unicamente por políticas estatais. Desta forma, com um povo

capaz de se adaptar às diversas condições climáticas e mesológicas do território por meio de sua composição racial mestiça e com a assistência do Estado, a nação finalmente teria condições de prosperar e quebrar, finalmente, com a ideia de inferioridade quando comparada aos povos de origem caucasiana, principalmente os europeus.

No que se refere às políticas higienistas tão em voga no período, Torres em nada concorda com as mesmas. Afirmando se tratar de ações pouco humanas, estas políticas não são nada mais do que generalizações que não ajudarão em nada nos problemas visíveis da nação, a não ser em uma generalização simplória da população.

Se fatores patológicos cooperavam para a nossa decadência física, a operação destes fatores é insignificante, em proporção à daqueles [estudo do clima e condições de vida]. Todos os esforços da Higiene e todas as reformas sanitárias serão luxos profissionais, ou simples desvios, na focalização dos fatos reais, mal atacando as moléstias e nunca extinguindo as predisposições mórbidas, enquanto problema geral da economia nacional não for solvido, em seu conjunto. Neste ponto, não é possível, até, dissimular o fato de uma quase renúncia da vida, na observação de certos aspectos das nossas medidas sanitárias, tomadas, em grande parte, nas capitais, no interesse do estrangeiro, ou da nossa fama no estrangeiro... (TORRES, 1914, p. 83).

Diante das afirmações de Alberto Torres, Monteiro Lobato escreveu, em 1918, uma réplica ao discurso de defesa da raça brasileira visto tanto em Torres, quando na vasta literatura que até então era defendida por literatos e poetas. Em seu livro “Problema Vital”, Lobato explicita seu repúdio às perspectivas fantasiosas a respeito do povo brasileiro até então elevado como nação próspera. O autor discorre sobre este repúdio em duas fases do livro: a primeira, num claro repúdio a atual condição de saneamento do Brasil e, logo em seguida, no que seria a solução aos problemas da nação: as políticas higienistas.

Lobato analisa a perspectiva de Alberto Torres e de outros entusiastas da nação como fantasiosas e fonte principal da falta de soluções para os obstáculos do progresso do Brasil. Suas acusações se referem ao que ele considera como a ingenuidade do povo ao acreditar e se acomodar nesta retórica alegórica:

O povo, ingênuo que é, decorou a serio o agradável estribilho da riqueza sem par, da inteligência primacial e da invencibilidade parelha da nipônica; e conseqüentemente com o ensinado assumiu uma atitude lógica: papo ao ar em sorridente lombeira. Se somos assim ricos, e geniais, e invencíveis, gozemo-nos disso em doce “otium cum dignitate”, é lógico. (LOBATO, 1918, p. 224)

O autor preocupa-se com a atual situação da saúde no Brasil, tanto nas cidades quanto no campo. Desconsiderando a questão racial, Lobato se dedica a estudar profundamente os principais problemas que assolam a população privada de políticas estatais de saúde: segundo o pensador, seria inadmissível um povo sofrer de doenças que, em outros países, já existia tratamentos e, inclusive, prevenções. O caso da Ancilostomose é analisado a fundo, e fez o autor discorrer sobre sua esperança de encontrar uma solução ao caso do Brasil: a máxima “O Jéca não é assim, está assim”, expressa exatamente isso.

Monteiro Lobato defendeu uma intervenção sistemática do Estado nas questões que se referem à saúde por acreditar que só em uma nação saudável pode-se ter a expectativa de se alcançar o progresso. Todos os valores gastos em tratamentos considerados pelo autor como defasados poderiam ser utilizados em outros setores, uma vez que se investiria em programas de prevenção capazes de erradicar paulatinamente, as doenças que assolavam a nação.

Esta pesquisa encontra-se em andamento, tendo em vista que se pretende responder outras questões utilizando-se da retórica destes dois autores. Pretende-se analisar o discurso destes autores no que se refere a suas perspectivas quanto indivíduo/Nação e quais as implicações deste discurso no imaginário nacional. Dialogar com as expectativas dos dois autores a respeito do ser nacional se torna necessário, uma vez que se pretende traçar um perfil do que se considerava – ou se almejava – ao povo brasileiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACTON, Lord. ”*Nacionalidade*”. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (org.). Um mapa da Questão Nacional. 1º edição. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. Cap. 7, p. 209-227.

ANDERSON, *Benedict*. *Introdução e raízes culturais*. In. Comunidades Imaginadas. Lisboa: Ed. 70, 2005.

- BALAKRISHNAN, Gopal. “A imaginação nacional”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). Um mapa da Questão Nacional. 1º edição. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. Cap. 7, p. 209-227.
- BAUER, Otto. “A nação”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org). Um Mapa da Questão Nacional. 1º edição Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. Cap. 2, 45-85.
- BREUILLY, John. *Abordagens do nacionalismo*. In. BALAKRISHNAN, Gopal (org.) Um mapa da Questão Nacional. 1º edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- ERNEST. Renan, *¿Qué es una nación?* Cartas a Strauss, ed. de A. de Blas Guerrero. Madrid: Alianza Editorial, 1987. pp. 85-86.
- GELLNER, Ernest. “O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org). Um Mapa da Questão Nacional. 1º edição. Trad. Vera Ribeiro Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. Cap. 4, p.107-155.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. 7. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HOBSBAWN, Eric. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- LOBATO, Monteiro. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. São Paulo: Editora Brasiliense LTDA, 1950.
- RAMOS, Guerreiro. O Problema Nacional Brasileiro. In *O Pensamento Nacionalista e os “Cadernos do Nosso Tempo”*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.
- ROMERO, Silvio. *Estudos sobre a Poesia Popular do Brasil*, Rio, 1888, pág. 11.
- SMITH, Antony. “O Nacionalismo e os Historiadores”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org). Um Mapa da Questão Nacional. 1º edição. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. Cap. 6, p. 185-209.
- THIESSE, Anne-Marie. *Ficções Criadoras: as identidades nacionais*. Anos 90, Porto Alegre, n. 14, 2001/2002.
- TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro*. Introdução a um programa de organização nacional. São Paulo: Nacional, 1978.